



CÂMARA MUNICIPAL DE ARINOS - MG

Rua Professor Benevides, 385 - Centro - CEP 38.680-000 - Arinos-MG
E-mail: camaraarinos@hotmail.com - Site: www.arinos.mg.leg.br

PARECER Nº 145/2025

PROJETO DE LEI Nº 53/2025

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RELATOR VEREADOR NORALDINO DURÃES

RELATÓRIO

De autoria do Vereador Netim Ornelas, o projeto de lei em epígrafe "*altera a Lei nº 1.629, de 10 de dezembro de 2021, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas prestadoras de serviços de saneamento de água e esgoto de providenciar a restauração dos logradouros públicos danificados'*".

Publicada, a proposição foi encaminhada à análise preliminar da Comissão de Legislação e Justiça e de Redação, que concluiu por sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade, com a Emenda Modificativa nº 01, que apresentou.

Vem agora a esta Comissão de Administração Pública para exame de mérito, nos termos do art. 91, inciso III, alínea "i", do Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei em exame visa alterar a Lei nº 1.629, de 10 de dezembro de 2021, para reduzir o prazo para a reparação de danos em logradouros públicos de 72 (setenta e duas) para 48 (quarenta e oito) horas, bem como majorar a multa pelo descumprimento de R\$ 300,00 (trezentos reais) para R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Em sua justificação, o autor destaca que:

Tais ajustes se mostram necessários tendo em vista que, apesar da aprovação da norma em 2021, sua aplicação não vem sendo devidamente observada pelas empresas prestadoras de serviços, ocasionando transtornos



CÂMARA MUNICIPAL DE ARINOS - MG

Rua Professor Benevides, 385 - Centro - CEP 38.680-000 - Arinos-MG
E-mail: camaraarinos@hotmail.com - Site: www.arinos.mg.leg.br

à população e prejuízos à segurança e ao tráfego urbano. Assim, a presente alteração busca conferir maior efetividade à lei, garantindo maior celeridade nos reparos e maior rigor na penalidade para assegurar seu cumprimento.

Sob o ponto de vista do mérito administrativo, a proposição revela-se oportuna e conveniente, pois reforça a responsabilidade das concessionárias quanto à adequada recomposição do pavimento urbano, preservando o interesse público, a mobilidade, a segurança viária e a integridade do patrimônio municipal.

A redução do prazo para reparos e o aumento da multa constituem instrumentos legítimos de indução de comportamento, compatíveis com o poder-dever fiscalizatório do Município e proporcionais aos impactos causados à coletividade pela inobservância da norma vigente.

Quanto à Emenda Modificativa nº 01, apresentada pela Comissão de Legislação e Justiça e de Redação, ela altera a redação do §2º do artigo 4º, para estabelecer que os valores arrecadados com as multas **poderão** ser destinados, **a critério do Poder Executivo**, à aquisição de caixas d'água para distribuição a famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico. Ou seja, retira-se a obrigatoriedade de destinação específica, tornando-a faculdade do Poder Executivo, o que evita ingerência indevida na atuação deste Poder.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 53, de 2025, com a Emenda Modificativa nº 01, apresentada pela Comissão de Legislação e Justiça e de Redação.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2025.

Vereador NORALDINO DURÃES
Relator